

ASSEMBLEIAS

APROPUC

DOCENTES ANALISAM TEXTO DO ACORDO INTERNO

PÁGINA 2

AFAPUC

ASSEMBLEIA PRORROGA MANDATO DA ATUAL DIRETORIA

PÁGINA 3

ENSINO SUPERIOR

MANTIDA DELIBERAÇÃO DE GREVE, MAS NEGOCIAÇÕES CONTINUAM

PÁGINA 4

Professores questionam cláusulas do Acordo Interno de Trabalho

Reunidos em assembleia na quarta-feira, 17/05, os professores da PUC-SP fizeram uma leitura da minuta enviada pela Fundasp para o novo Acordo Interno de Trabalho. O Acordo 22-23 expirou em 30/04, mas o secretário-executivo da Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo concordou em prorrogá-lo até que o novo Acordo 2023-24 seja assinado.

Várias cláusulas foram questionadas pelos docentes, mas aquela que sofreu maiores críticas foi a de número 36 que prevê uma licença remunerada para os professores que “restarem sem atividades acadêmicas”. Os professores rejeitaram essa cláusula argumentando que ela seria danosa para os docentes, criando uma situação que contraria a própria legislação trabalhista, instituindo um novo “limbo”. Novamente, a Fundasp foi criticada por não oferecer aos seus docentes uma saída digna para quem tanto contribuiu para o crescimento e a boa reputação da universidade.

O novo texto não faz menção ao contrato docente mínimo em TP-12, visto que a APROPUC não concorda com a redução salarial que decorrerá desta nova faixa contratual para os professores que hoje têm TP-10 para 6 créditos. Foi discutida também a possibilidade de alteração do prazo de 60 dias para solicitação de licença sem vencimentos. Professores muitas vezes não têm confirmação de suas turmas – em especial disciplinas optativas – com essa antecedência.

Os valores dos benefícios foram reajustados em 9%, índice correspondente à média do aumento das mensalidades. As gratuidades serão enquadradas nas disposições da Convenção Coletiva de Trabalho SEMESP/SINPRO, ou seja, ao término do contrato de experiência de 90 dias previsto no art. 445 da CLT, há direito à gratuidade, incluindo matrícula, para si, seus filhos e seus dependentes legais. Veja no quadro ao lado uma síntese das principais modificações propostas.

Greve do ensino superior

Os professores também discutiram a situação do ensino superior e a aplicação de reajustes referentes aos anos de 2022

Veja as principais alterações no Acordo Interno dos docentes

Mudança proposta	Acordo anterior
Vigência - Até 30/04/2024	Até 30/04/23
Contrato de trabalho dos Professores da FUNDASP é regido pelo regime de Tempo Integral e Parcial, composto por horas de docência, pesquisa e extensão.	Regido pelo regime de Tempo Integral e Parcial, não inferior ao regime de TP-10, composto por horas de docência, pesquisa e extensão.
Professor substituto - Benefício da gratuidade previsto na cláusula 22 do presente Acordo Interno, mediante prorrogação do contrato de trabalho por prazo indeterminado, previsto no §2º da Cláusula Quarta deste Acordo Interno;	Benefício da gratuidade previsto na cláusula 22 do presente Acordo Interno restrito ao período de substituição.
Cláusulas econômicas – Adiantamento salarial passa para R\$ 3.215; auxílio escola R\$950,00; auxílio funeral R\$ 5.545,00 reajuste de 9%)	
Garantia Semestral De Salários - comunicação de dispensa sem justa causa até um dia antes do início das férias	Comunicação de dispensa sem justa causa até 20/junho
Gratuidades: Todo professor, enquadrado nas disposições contidas na Convenção Coletiva de Trabalho SEMESP/SINPRO, ou seja, ao término do contrato de experiência previsto no art. 445 da CLT, tem direito à gratuidade, incluindo matrícula, para si, seus filhos e seus dependentes legais.	Todo professor tem direito à gratuidade, incluindo matrícula, para si, seus filhos e seus dependentes legais.
Aviso Prévio para Professores com 49 (quarenta e nove) anos de Idade: Para o Professor com, no mínimo, 49 (quarenta e nove) anos de idade, na data de desligamento, fica assegurado um acréscimo ao aviso prévio de, no mínimo, 15 (quinze) dias, sem prejuízo da cláusula anterior.	Aviso Prévio para Professores com 48 (quarenta e oito) anos de Idade: Para o Professor com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) anos de idade, na data de desligamento, fica assegurado um acréscimo ao aviso prévio de, no mínimo, 15 (quinze) dias, sem prejuízo da cláusula anterior.
Cláusula 36 (Não consta do acordo anterior)	
Licença Remunerada: Entrarão em licença remunerada os professores que restarem sem atribuição de atividades acadêmicas e respectiva carga horária contratual pelo Departamento ou Curso, observado o devido trâmite regimental e estatutário da PUC-SP para encaminhamento de dispensa imotivada, quando não houver imediata possibilidade orçamentária a fazer frente à rescisão de seu contrato de trabalho. Nesse caso, o professor licenciado terá sua remuneração mantida, com base na última composição do contrato de trabalho atribuída, o que perdurará por 01 (um) ou até 02 (dois) semestres consecutivos, na condição de licença remunerada.	
Parágrafo Primeiro – Ao ingressar nessa condição, o professor assinará um termo de anuência, que lhe será enviado pela DRH, formalizando as disposições pertinentes.	
Parágrafo Segundo - A licença cessará tão logo haja previsão/recursos orçamentários disponíveis, o que ocorrerá ao final ou mesmo no decorrer de qualquer dos 02 (dois) semestres, não havendo pagamento de garantia semestral quando a dispensa ocorrer no curso do semestre letivo.	
Parágrafo Terceiro – Caso haja reversão da redução de atribuições de horas havidas pelo Departamento ou Curso, por nova e posterior decisão da própria unidade acadêmica, no curso do período disposto no caput e antes que se tenha procedido à dispensa do professor, será assinado novo termo de anuência, cessando a licença remunerada previamente entablada entre o professor e a FUNDASP e, por conseguinte, cessando o cômputo dos 02 (dois) semestres, possibilitando que o professor retome a assunção das atividades acadêmicas.	
Cláusula rejeitada pelos professores	

e 2023. Na quinta-feira, 18/05 houve nova assembleia do SINPRO. Veja na página 4 o posicionamento dos professores e como ficariam os salários da PUC-SP.

Ao final da assembleia os presentes

aprovaram uma moção de solidariedade à professora Maria Beatriz Abramides, ex-diretora da APROPUC, que está hospitalizada. Os professores externaram os seus votos de plena recuperação à professora.

Diretoria da AFAPUC tem mandato prorrogado por 2 anos

A assembleia dos funcionários, realizada na quarta-feira, 17/05, de maneira presencial e on-line, aprovou uma prorrogação de mandato para a atual diretoria da AFAPUC. No início dos trabalhos a Comissão Eleitoral informou aos presentes que terminado o prazo de inscrições sem nenhuma candidatura registrada, o prazo foi estendido até 05/05. Novamente não foi registrada nenhuma inscrição e, estatutariamente, deveria ser convocada uma assembleia extraordinária para decidir o impasse.

A diretoria da associação propôs então uma prorrogação de mandato por um ano, findo o qual se reabriria o processo eleitoral. A plenária, porém, encaminhou um prazo de dois anos para a prorrogação do mandato. A votação indicou unanimidade para a proposta de dois anos.

Os funcionários presentes lamentaram que a associação tenha chegado a este impasse, com uma participação cada vez mais reduzida dos trabalhadores administrativos no dia a dia da AFAPUC. Essa situação é responsável pela



Assembleia dos funcionários discute prorrogação de mandato da diretoria

perda de uma série de conquistas históricas, frutos de uma real mobilização da categoria. Nesse sentido foi feito um apelo para a participação e associação de um maior número de funcionários da PUC-SP e indicada a importância de que cada um faça o trabalho de conscientização junto aos seus pares.

Ato da Fundasp

A diretoria também comunicou aos presentes a publicação do Ato da Fundasp número 09/2023 que prevê benefícios para os funcionários das áreas administrativas da Fundasp.

O texto, semelhante ao acordo interno hoje em vigor, prevê benefícios exclusivamente para os setores da Fundasp. Os participantes da assembleia criticaram o texto, entendendo como mais uma tentativa da mantenedora de dividir a categoria, enfraquecendo a associação, pois todos os trabalhadores da PUC-SP são contratados pela Fundação São Paulo, sem diferenciação de CNPJ em suas carteiras. Essas preocupações foram levadas à reunião com o secretário-executivo da mantenedora que aconteceu na quinta-feira, 18/05.

Uma nova assembleia está agendada para o dia 24/05 em São Paulo e 25/05 em Sorocaba (Hospital Santa Lucinda) para discutir o Acordo Interno de Trabalho. Em SP já serão apresentadas as alterações propostas pela Mantenedora. Novas reuniões com a Secretaria Executiva da Fundasp também já estão agendadas para o dia 26/05 - discussão do Acordo Interno do HSL - e 29/05 - discussão do Acordo Interno dos Funcionários Administrativos de São Paulo e Faculdade de Medicina - Sorocaba.

Sthefane Mattos

Campus Monte Alegre

24/05, quarta-feira

Local: Auditório 333 - Predio Novo

13h30 primeira chamada
14h00 com qualquer quorum

ASSEMBLEIA DOS FUNCIONÁRIOS

✓ Acordo Interno de Trabalho

Sorocaba

25/05, quinta-feira

Hospital Sta Lucinda

Professores do ensino superior autorizam continuidade das negociações

Os professores da base do Sinpro-SP reunidos em assembleia virtual para analisar os preparativos da greve do dia 22/5, diante da proposta patronal e da possibilidade de avanço nas negociações, decidiram rejeitar (89% dos votos) a mais recente contraproposta feita pelo Semesp, autorizando porém a comissão coordenada pela Fepesp a acelerar as tratativas para avançar nas negociações, com vistas à construção de um possível acordo, mantendo ainda o indicativo de greve (96% de votos).

Embora a nova proposta não contemple as reivindicações docentes, chegaram mais perto das perdas registradas a partir de 2021 e mostrou uma intenção dos

patrões de chegarem mais perto das perdas reais dos docentes (veja proposta ao lado).

Os professores presentes aprovaram a proposta por 96% dos votos totais e assim as negociações devem continuar pelo menos pelas próximas semanas. Para o presidente do Sinpro-SP Celso Napolitano “há ainda aspectos financeiros e cláusulas que são importantes para nós, como EAD e piso salarial, além do tempo de duração da Convenção, que precisam ser discutidos e ajustados.

Mas reconhecemos que, pressionados, os patrões flexibilizaram a lógica em que vinham ficando pé. É possível buscar consensos”.

Nova proposta patronal

Dissídio de 2022

- Recomposição dos salários de fevereiro/2022 com o índice de 10,78%;
- Com relação às perdas do período abono de 110% (para a FEPESP esse valor equivale a 140%) a ser pago em 3 parcelas nos meses de junho, agosto e setembro.

Dissídio de 2023

- Em outubro de 2023 recomposição da base salarial com reajuste de 6,09%;
- Diferença será paga com um abono de 45% do salário bruto pagos em novembro/23 e janeiro/2024.

Como ficam os salários dos docentes da PUC-SP

A Fundasp adiantou escalonadamente em 2022, até novembro, o reajuste de 10,78%. Como esse valor não foi pago de uma só vez restou um passivo de 48%.

Em 2023 também houve um adiantamento de 3% em abril dos 6,09 devidos restando também um passivo salarial que, somado ao valor de 2022 redonda em cerca de 54%.

Ex-bolsistas inadimplentes têm suas contas bloqueadas

Segundo informações publicadas pelo site Terra no dia 16/5, “Ex-bolsistas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo relatam que tiveram as contas bloqueadas e os bens penhorados após não

conseguirem negociar suas dívidas decorrentes de parcelas faltantes na devolução de bolsas socioeconômicas restituíveis de cursos de graduação e pós-graduação”.

Segundo o site as dívidas de

alguns estudantes ultrapassam R\$100.000,00 e a Fundasp não tem demonstrado interesse em negociar a dívida.

Segundo relatou a presidente da APG-SP Cris Fairbanks, a APG já tentou por diversas ve-

zes pautar esse problema para ser negociado em benefício dos alunos e não teve acordo, outros CAs e representações estudantis também, e as respostas foram renitentes de que não era possível fazer nada.

**professor e funcionário,
filie-se à sua associação!**

Somente a participação efetiva na APROPUC e AFAPUC garante conquistas superiores à própria Convenção Coletiva, melhores condições de ensino e trabalho, contrato de trabalho diferenciado, manutenção de uma imprensa combativa, luta permanente por uma aposentadoria digna, entre tantas outras conquistas que só podem ser viabilizadas com uma associação forte e atuante.

SUA PARTICIPAÇÃO NA LUTA DE DOCENTES E FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS É FUNDAMENTAL!

ASSOCIE-SE:

PROFESSORES: www.apropucsp.org.br/ficha-de-associacao
 FUNCIONÁRIOS: <https://www.afapuc.org.br/formularios/>